MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasilia, 07 07 12008.

Silvio Signa 91745

CC02/C01 Fis. 354



MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº

19515.002145/2003-24

Recurso nº

127.483 Voluntário

Matéria

Cofins

Acórdão nº

201-80.371

Sessão de

20 de junho de 2007

Recorrente

ARNO S/A

Recorrida

DRJ em São Paulo I - SP



ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/09/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002, 31/01/2003, 28/02/2003, 31/03/2003

AUTO DE INFRAÇÃO. COMPENSAÇÃO INDEVIDA. DECORRÊNCIA.

Tendo sido julgado o processo relativo à compensação de forma desfavorável ao contribuinte, mantém-se o auto de infração lavrado em decorrência da referida compensação.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/09/2002, 31/10/2002, 30/11/2002, 31/12/2002, 31/01/2003, 28/02/2003, 31/03/2003

COMPENSAÇÃO INDEVIDA. MULTA ISOLADA. RETROATIVIDADE BENIGNA.

A multa isolada por compensação indevida somente é aplicável, no caso de compensação indevida, se houver falsidade da declaração de compensação, em face do disposto no art. 18 da Lei nº 10.833, de 2003, aplicando-se tal norma retroativamente às multas anteriormente aplicadas e não julgadas definitivamente em função do princípio da retroatividade benigna.

Recursos voluntário e de oficio negados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.



8

MF - SEC	COMPERE CO	LHO DE COI OM O ORIGIN	NTRIBUINTES
Brasilia,	071	07	2008.
	Savio Sign Mat., S	Zarbosa iape 91745	

CC02/C01 Fls. 355

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES: I) por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de oficio; e II) quanto ao recurso voluntário, por maioria de votos: a) em rejeitar a preliminar de diligência proposta pelo Conselheiro Gileno Gurjão Barreto (Relator); e b) no mérito, em negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto (Relator) e Fabiola Cassiano Keramidas, que davam provimento. Designado o Conselheiro José Antonio Francisco para redigir o voto vencedor. Fez sustentação oral o advogado da recorrente, Dr. Gustavo Martins de Matos, OAB/SP 154355.

Presidente

Relator-Designado

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça e Ivan Allegretti (Suplente).

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasika. 07/07/2008.

Sinio Sizio Braidosa
Mat: Siapo 91745

CC02/C01 Fls. 356

Relatório

Trata-se de auto de infração (fls. 60/63) lavrado em 09/05/2003, no valor de R\$ 18.819.370,58, incluindo principal e juros de mora, por ter a Fiscalização constatado que a contribuinte apurou créditos de PIS relativos à declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, créditos estes relativos a período de outubro de 1988 a fevereiro de 1996, e compensados estes com débitos de Cofins.

Concluiu ainda o auditor-fiscal que a contribuinte não impetrou procedimento judicial para habilitar o crédito e que o processo administrativo no qual foi solicitada a compensação, de número 10880.033502/98-62, ainda aguardava julgamento no Conselho de Contribuintes. Assim, foi lavrado o auto de infração no presente processo, com exigibilidade suspensa e sem imposição de multa de oficio, no montante de R\$ 18.819.370,58 (fl. 60), relativo à Cofins do período de junho de 2001 a março de 2003, que foram compensados com os referidos créditos de PIS discutidos no Processo Administrativo nº 10880.033502/98-62.

Informada da decisão, a contribuinte apresentou impugnação em 20/06/2003 (fils. 66 a 70), alegando, essencialmente, que possui direito de se creditar dos valores de PIS pagos indevidamente devido à declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e que anexou ao processo a documentação comprobatória deste direito creditório. Argumentou também que não foi oposta qualquer ressalva à compensação que não a pendência do recurso administrativo.

Em 04/09/2003 a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP (fls. 241/242) entendeu pela possibilidade de lançamento da multa de oficio. Conforme o Presidente substituto da 9ª Turma da DRJ, a multa de oficio somente seria dispensada quando a exigibilidade do crédito fosse suspensa através de concessão de medida liminar em mandado de segurança ou concessão de medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial (conforme determina o caput do art. 63 da Lei nº 9.430/96), e que no caso em tese o crédito havia sido suspenso por força do inciso III do art. 151 do CTN (reclamações e recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo). Adicionalmente, entendeu pela confirmação da multa, visto que foi proferida decisão no processo originário de compensação (nº 10880.033502/98-62) negando à contribuinte o direito de se compensar dos valores considerados por este como pagos indevidamente.

Assim, deu-se início aos Mandados de Procedimento Fiscal - Diligência nº 08.1.90.00-2003-03973-0 - para lançamento da multa de oficio e - Fiscalização nº 08.1.90.00-2003-04152-1 - para nova fiscalização da Cofins no período de 06/2001 a 03/2003. Posteriormente a estes procedimentos fiscalizatórios, foi lavrado auto de infração de fls. 253/256, constituindo multa isolada no montante de R\$ 12.330.914,50.

Inconformada com o agravamento da penalidade anteriormente constituída pelo Fisco, apresentou a contribuinte impugnação complementar (fls. 258/261), onde apresentou o argumento de que a exigibilidade do crédito permanecia suspensa devido ao pagamento tempestivo que foi realizado através das compensações apresentadas à Receita Federal e à falta de decisão definitiva no processo originário de compensação.

pr

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasilia, 07/07/2008.

Silvio SUBBRICESA
Mat: Siepe 91745

CC02/C01 Fls. 357

A DRJ em São Paulo - SP, então, proferiu a Decisão nº 05.097, de 23 março de 2004 (fls. 286/293), conforme ementa a seguir:

"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

LITISPENDÊNCIA - NÃO CONHECIMENTO - Ocorrência de litispendência, sendo aplicável, por analogia, o CPC, art. 267, V c/c art. 301, V e parágrafos. Não é possível conhecer das alegações constantes da impugnação ao primeiro lançamento, já apresentados quando da discussão travada no âmbito de Processo de Restituição/Compensação.

LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - MULTA DE OFÍCIO - RETROATIVIDADE BENIGNA DO ART. 18 DA LEI Nº 10.833/03 - Com a edição da Medida Provisória nº 135/2003, convertida na Lei nº 10.833/03, não cabe mais imposição de multa fora dos casos mencionados pelo seu art. 18. Sendo tal norma aplicável aos lançamentos ocorridos anteriormente à edição da Medida Provisória nº 135/2003 em face da retroatividade benéfica (art. 106, II, 'c' do CTN), impõe-se o cancelamento da multa de ofício lançada em Auto de Infração complementar.

Lançamento Procedente em Parte".

Em complemento, recorreu de oficio a este Segundo Conselho de Contribuintes, nos termos do art. 34, I, do Decreto nº 70.235/72, "tendo em vista que o valor do crédito tributário exonerado excede a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)". Isso porque foi exonerado o crédito tributário referente ao 2º auto de infração lavrado, no valor de R\$ 12.330.914,50 (fls. 253/256), relativo à multa de oficio, em função da retroatividade benigna do art. 18 da Lei nº 10.833/2003.

Cientificada em 15/04/2004 (fl. 298) e inconformada com a parte que lhe foi desfavorável, a contribuinte apresentou recurso voluntário a este Conselho de Contribuintes em 07/05/2004 (fls. 302/313). Alega, em síntese, a contribuinte que: "dentro da melhor hermenêutica do texto, que não podia a autoridade julgadora evocar a litispendência para abstrair-se ao exame do mérito da impugnação primeira. E pois, quando do veridicto deixou assente que 'analisar-se-á apenas o mérito da impugnação apresentada contra o lançamento complementar da multa de oficio', omitiu-se à prestação jurisdicional que lhe cabia dar em face da primeira impugnação". Solicita a reforma da decisão a quo.

É o Relatório.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CUMPIRE COM O ORIGINAL

Brasilia, 071 07 12008.

SIVE SINGE PITAS

CC02/C01 Fls. 358

Voto Vencido

Conselheiro GILENO GURJÃO BARRETO, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os requisitos formais de admissibilidade, razão pela qual dele tomo conhecimento.

Inicialmente, analiso a questão da litispendência alegada pela DRJ/SP e guerreada pela contribuinte em seu recurso voluntário.

Conclui-se na decisão a quo pela ocorrência de litispendência, sendo aplicável, por analogia, o Código de Processo Civil, art. 267, inciso V, conjulgado com o art. 301, V, e parágrafos, de forma que não seria possível conhecer das alegações constantes da impugnação ao primeiro lançamento, pois estas já teriam sido apresentadas quando da discussão travada no âmbito de Processo de Restituição/Compensação, qual seja, o de número 10880.033502/98-62.

Não pode prosperar o entendimento da DRJ neste sentido. Em primeiro lugar, porque o processo administrativo fiscal é regido por normas próprias. Não se pode recorrer à analogia ao Código de Processo Civil, aplicável ao processo judicial, para que se respalde uma decisão tomada no âmbito do processo administrativo. O procedimento administrativo fiscal é regido pelo Decreto nº 70.235/72, o qual em nenhum momento usa o termo litispendência.

Além disso, entendo que, mesmo atrelado o presente processo a créditos de PIS discutidos no Processo Administrativo nº 10880.033502/98-62, nada impede que este Colegiado aprecie e enfrente o mérito da compensação de Cofins, tendo em vista que o lançamento existente nos autos do processo a esta Câmara submetido refere-se aos referidos créditos de PIS compensados com a Cofins aqui glosada. Assim, afasto a litispendência alegada pela DRJ e passo a analisar o mérito.

Neste tocante, a questão sub examine refere-se à restituição de indébitos referentes ao PIS, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 pelo STF, que regulamentam a exação.

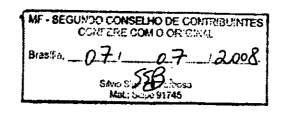
Esta questão é bastante conhecida por este Conselho de Contribuintes, que possui diversos julgados neste sentido. Aplica-se na espécie o prazo quinquenal a partir da Resolução do Senado Federal, tal como asseverado no julgamento do Recurso Voluntário nº 133.571, a seguir transcrito:

"PIS. RESTITUIÇÃO. NORMA INCONSTITUCIONAL. PRAZO DECADENCIAL.

O prazo para requerer a restituição dos pagamentos da Contribuição para o PIS, efetuados com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, é de 5 (cinco) anos, iniciando-se a contagem no momento em que eles foram considerados indevidos com efeitos erga omnes, o que ocorreu com a publicação da Resolução nº 49, do Senado Federal, em 10/10/1995."

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio de sua Primeira Seção, fixou o entendimento de que: "..., no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do

Appl



CC02/C01 Fls. 359

Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um quinquênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados." \(^1\)

Para o Superior Tribunal de Justiça, portanto, reconhecida é a restituição do indébito contra a Fazenda, sendo o prazo de decadência contado segundo a denominada tese dos cinco mais cinco, nos moldes acima transcrito.

Os arts. 165 e 168 do CTN dispõem que:

"Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4°, do art. 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

(...)

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 165, da data da extinção do crédito tributário;

(...)". (Grifos meus)

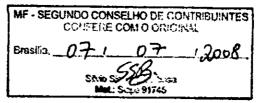
Com efeito, se um determinado contribuinte recolheu mais tributo do que o devido por um equívoco seu (art. 165, inciso I, do CTN), a prescrição tem início com a extinção do crédito tributário (art. 168, inciso I, do CTN), que se deu com a homologação do lançamento, sendo a homologação tácita uma das modalidades de homologação.

Todavia, nos casos como o presente, em que a contribuinte recolheu tributo indevido (art. 165, inciso I, do CTN), com base em lei que, em momento ulterior, foi declarada inconstitucional, a contagem se dá de outra forma. Isto porque, no mundo jurídico, os decretos-leis que tinham instituído a cobrança indevida não existem, de modo que não se pode falar em crédito tributário propriamente dito.

Com isso, aplica-se, subsidiariamente, o Decreto nº 20.910/32, de acordo com o qual "as dividas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem." (art. 1º).

Como o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, em controle concreto de constitucionalidade, essa decisão só passou a ter eficácia erga omnes com a publicação da Resolução nº 49, do Senado Federal, em 10/10/1995, momento em que a recorrente passou a fazer jus à restituição dos valores pagos indevidamente.

Recurso Especial nº 608.844-CE, Ministro José Delgado, Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, acórdão publicado em DJU, Seção I, de 7/6/2004.



CC02/C01 Fis. 360

Levando-se ainda em consideração que o prazo prescricional é de cinco anos, a prescrição para a recorrente pleitear a restituição da quantia paga indevidamente somente se consumaria em 10/10/2000.

Quanto à questão da semestralidade, não há muito o que transcorrer, visto que, com a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, bastante claro está que a base de cálculo do PIS voltou a ser o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, por ser esta a disposição contida na Lei Complementar nº 7/70, em seu artigo 6º, novamente vigente após a retirada do mundo jurídico dos malsinados Decretos-Leis.

Tal procedimento permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da Medida Provisória nº 1.212/95, quando só então, a partir dos efeitos desta, é que a base de cálculo do PIS passou a ser considerada como a do faturamento do mês anterior.

No caso concreto, não há evidência nos autos da data em que a contribuinte apresentou o pedido de restituição dos créditos de PIS com base na inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, o que se apresenta como de extrema importância para se averiguar se os créditos em epígrafe encontram-se prescritos ou não.

Desta feita, voto, preliminarmente, pela conversão do julgamento do presente recurso em diligência, a fim de que a Delegacia da Receita Federal em São Paulo - SP verifique a data exata em que a contribuinte protocolou o pedido de restituição de créditos de PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88. Porém, se vencido na preliminar, nego provimento ao recurso de oficio e dou provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2007.

ĸJĀØBARRETC

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORICINAL

Brasilia, 07 / 07 /2008Savio Saria Birbosa
Mat.: Siapo 91745

CC02/C01 Fls. 361

Voto Vencedor

(...)

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator-Designado

Ambos os recursos satisfazem os requisitos de admissibilidade, devendo-se deles tomar conhecimento.

No tocante ao recurso de oficio, o Acórdão de primeira instância exonerou a contribuinte da multa aplicada no segundo auto de infração, aplicando retroativamente a disposição do art. 18 da Lei nº 10.833, de 2002, em face das disposições do art. 106 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

Atualmente, o referido art. 18² tem a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.488, de 2007, que determina a aplicação da multa, no caso de compensação declarada, apenas no caso de falsidade da Declaração de Compensação, o que não é o caso.

Dessa forma, não há o que se reformar no referido Acórdão.

Quanto ao recurso voluntário, trata-se de saber, preliminarmente, se a questão do mérito da compensação poderia ou não ser discutida no âmbito do presente processo.

Segundo o Acórdão de primeira instância, haveria litispendência, o que foi contestado no recurso.

De fato, não se trata de litispendência, mas de questão prejudicial.

A litispendência ocorre em face da existência de demanda anterior ainda não julgada que verse, de alguma forma, sobre a mesma matéria.

No caso dos autos, o que ocorre é que a compensação somente poderia ser discutida no âmbito do processo próprio de compensação. É nesse processo e somente nele que



² "Art. 18. Os arts. 3° e 18 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

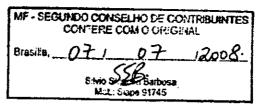
^{§ 5°} Aplica-se o disposto no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, às hipóteses previstas nos § § 2º e 4º deste artigo'." (NR)



^{&#}x27;Art. 18. O lançamento de oficio de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão de não-homologação da compensação quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.

^{§ 2}º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada no percentual previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.

^{§ 4°} Será também exigida multa isolada sobre o valor total do débito indevidamente compensado quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se o percentual previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, duplicado na forma de seu § 1º, quando for o caso.



CC02/C01 Fis. 362

são discutidas as questões da compensabilidade (possibilidade jurídica de compensação), montante do débito, atualização de crédito e débito e data de valoração.

O auto de infração, em si, é consequência da irregularidade da compensação discutida naqueles autos. Portanto, apenas são discutíveis no presente auto de infração questões próprias, que, no caso, referiram-se apenas à obrigatoriedade do exame do mérito da compensação.

No tocante ao mérito, aplica-se ao auto de infração o resultado do julgamento do processo de compensação.

Em julgamento de 13 de maio de 2005, a 2ª Câmara deste 2º Conselho de Contribuintes negou provimento ao Recurso nº 117.870 pelo Acórdão nº 202-14.760, cuja ementa é abaixo reproduzida:

"PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - PRELIMINAR DE NULIDADE - NÃO ACATAMENTO.

Acertada é a decisão recorrida que não conhece os argumentos de defesa do sujeito passivo quando não forem aos autos elementos necessários ao complemento conhecimento da lide.

PIS - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIREITO CRÉDITORIO SOBRE RECOLHIMENTOS EFETUADOS COM BASE NOS DECRETOS-LEIS N°s 2.445/88 e 2.449/88.

1) A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública (art. 170, CTN). 2) A compensação de créditos tributários só é possível com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos. Não comprovada a existência de créditos dessa natureza, não há como ser averiguada a existência do direito à compensação.

APRESENTAÇÃO DE PROVAS - PRECLUSÃO.

Determina o § 4º do art. 16 do Dec. nº 70.235/72, com a redação dada pela Lei nº 9.532/97, que a prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que: a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; b) refira-se a fato ou a direito superveniente; e c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos. Não demonstrando a recorrente estar enquadrada em quaisquer das hipóteses capazes de permitir a apresentação das provas após a impugnação estaria tal providência atingida pela preclusão. 2) A simples apresentação de comprovantes de pagamento, sem o acompanhamento de qualquer indicação de que os valores recolhidos foram indevidos, não se presta, por si só, como prova da existência de indébito.

Recurso ao qual se nega provimento."

1 for

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O GRICINAL				
Bresilia. 07/07/	2008			
Selo Selo Piscosa Mal: Selos 91745				

CC02/C01 Fls. 363

Contra o referido acórdão, a interessada apresentou o Recurso de Divergência nº 202-117.870, do qual a 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais não tomou conhecimento no Acórdão CSRF/02-02.147, de 23 de janeiro de 2006, conforme ementa abaixo reproduzida:

"ADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. CARACTERIZAÇÃO.

Não caracterizada a divergência em face do acórdão recorrido ter decidido questão diversa daquela enfrentada pelos acórdãos paradigmas, não se toma conhecimento do recurso pela falta de pressuposto objetivo.

Recurso especial não conhecido."

Com efeito, a insistência da interessada em ver o mérito da compensação apreciada nos presentes autos parece decorrer do indeferimento sistemático de seus recursos no processo próprio de compensação.

Entretanto, o mérito da matéria foi lá decidido de forma definitiva e, assim, tratando-se de questão prejudicial à análise do auto de infração, cabe apenas aplicar aquela decisão ao caso dos autos, mantendo o auto de infração.

À vista do exposto, voto por negar provimento aos recursos voluntário e de oficio.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2007.

MAN